



## DELIBERAÇÃO NORMATIVA N° 47/2020-CG

A Comissão de Graduação, na sua 219ª Sessão, de 27/01/2020, **aprovou** o Regulamento para Aproveitamento de Estudos na EEL, conforme segue:

**Art. 1º** - O aproveitamento de estudos realizados em outras instituições de ensino superior, no Brasil ou no exterior, poderá ser solicitado por alunos da EEL, por meio de formulário próprio, nos termos desta deliberação.

§ 1º – Para ingressantes por vestibular, o prazo é aquele estabelecido no Manual do Candidato da FUVEST.

§ 2º - A documentação deverá ser entregue na Divisão Técnico Acadêmica (DTA).

§ 3º - O prazo máximo para solicitação de aproveitamento de estudo é de até 30 dias após matrícula de ingresso do aluno na EEL ou 60 dias após o retorno do aluno do exterior.

**Art. 2º** - A solicitação de aproveitamento de estudos pode ser feita para as seguintes finalidades:

- I – equivalência com disciplina obrigatória
- II – equivalência com disciplina optativa
- III – validação como disciplina optativa
- IV – registro como disciplina extracurricular.

**Art. 3º** - Para solicitação de Aproveitamento de Estudos é necessária a apresentação, pelo aluno solicitante, dos seguintes documentos:

I – Histórico Escolar completo, devidamente autenticado pela Instituição de Ensino Superior emitente, contendo notas, unidades de crédito e as respectivas cargas horárias das disciplinas cursadas.

II – Programas detalhados das disciplinas cursadas, devidamente autenticados pela Instituição de Ensino Superior emitente ou validado pela Coordenação do Curso do aluno na EEL.



**Art. 4º** - Compete ao Presidente da CG deliberar sobre a solicitação de aproveitamento de estudos:

I - para as equivalências previstas nos incisos I e II do Artigo 2º, após manifestação da Comissão de Coordenação do Curso no qual o aluno está vinculado, após parecer de um professor avaliador.

II – para a validação prevista no inciso III do artigo 2º, após manifestação da Comissão de Coordenação do Curso do aluno.

Paragrafo único – O professor parecerista a que se refere a alínea I deste artigo terá o prazo de 05 dias para emitir seu parecer e a Coordenação de Curso terá o prazo de 05 dias para a entrega da documentação na CG

**Art. 5º** - Compete ao Assistente Técnico da DTA o registro previsto no inciso IV do Artigo 2º, após manifestação do Coordenador do Curso do aluno.

**Art. 6º** - O aproveitamento de estudos para fins de equivalência de disciplina, previsto nos incisos I e II do Artigo 2º, poderá ser concedido desde que a carga horária e o conteúdo mínimo sejam de pelo menos **75%** da disciplina da EEL-USP.

I – Quando a carga horária ou o conteúdo mínimo estiver entre **50%** e **75%** da disciplina da EEL-USP, o aluno deverá ser submetido a uma avaliação única versando sobre o conteúdo da disciplina da EEL/USP.

§ único - No caso de aplicação de avaliação, a concessão da equivalência será condicionada à obtenção de nota igual ou superior a 5 (numa escala de 0 a 10). O aluno que não obtiver nota para ser aprovado deverá cursar a disciplina oferecida pela EEL e não poderá mais solicitar aproveitamento de estudos da disciplina que fez externamente à EEL. O aluno deverá ser comunicado com antecedência mínima de 10 dias sobre a data para a realização da avaliação, bem como o horário e local onde a mesma será aplicada. Essa comunicação deverá ser realizada pela Comissão de Graduação.

II - Disciplinas cursadas fora da USP somente poderão ser aproveitadas até o limite de dois terços do total de créditos fixado para o respectivo currículo (art 79 do Regimento Geral).

III – O interessado poderá recorrer da decisão do aproveitamento de estudos somente se houver fatos novos em até 10 dias após a publicação do primeiro resultado, sendo que o resultado será comunicado ao aluno através do e-mail institucional.



IV - Em caso de indeferimento da solicitação de equivalência de uma determinada disciplina o docente responsável pela análise deverá fazer um parecer bem fundamentado justificando claramente o indeferimento.

V – O aluno deverá ser comunicado por e-mail pela Comissão de Graduação sobre o indeferimento no prazo de 5 dias a contar da data em que o docente entregue o parecer na CG.

**Art. 7°** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Graduação.

**Art. 8** Esta deliberação revoga a Deliberação Normativa nº038/2018-CG

Lorena/SP, 27 de janeiro de 2020.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisângela de Jesus Cândido Moraes  
Presidente de Comissão de Graduação